



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
3ª VARA DO TRABALHO DE GOVERNADOR VALADARES – MG**

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO: GERALDO HÉLIO LEAL



**Lei de Criação nº 8.432, de 21-11-2003
Data da instalação: 7-7-2005
Data de instalação do PJe: 18-6-2015**

Jurisdição: Governador Valadares, Alpercata, Capitão Andrade, Central de Minas, Coroaci, Divino das Laranjeiras, Engenheiro Caldas, Fernandes Tourinho, Frei Inocêncio, Galiléia, Itabirinha, Itanhomi, Jampruca, Mantena, Marilac, Matias Lobato, Mendes Pimentel, Nacip Raydan, Naque, Nova Belém, Nova Módica, Periquito, Pescador, São Félix de Minas, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixo, São João do Manteninha, São José da Safira, São José do Divino, Sardoá, Tumiritinga e Virgolândia.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 23-3-2017, p. 3/4.



ATA DE CORREIÇÃO

Às 11 horas do dia vinte e seis de abril de 2017, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Dr. **César Pereira da Silva Machado Júnior**, deu início à Correição Ordinária na 3ª Vara do Trabalho de Governador Valadares, situada na Rua Orbis Clube, nº 20 – 9º andar, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pelo MM. Juiz do Trabalho Substituto, Dr. **Alexandre Pimenta Batista Pereira**; pelo Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Adilson Dias dos Santos; pelos servidores Deifilo Teixeira Costa, Éder Lúcio da Silva Belo, Graziella Luiz Santos, Janete de Matos Handeri, Lidiane Pinheiro Santiago, Lília Arruda Chaves Teixeira e Tiago Barros de Albuquerque e pela estagiária Walquíria Dias de Lima. Ausentes o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Geraldo Hélio Leal**, em férias regulamentares e os servidores Emanuelle Gomes Pego e Hedvaldo Caldeira Costa, em licença médica e Aelson Gomes de Oliveira e Aline Andrade de Almeida Assunção, em férias regulamentares.

Correição antecipada, em razão da PORTARIA CONJUNTA GP/CR N. 166, DE 25 DE ABRIL DE 2017, que dispõe sobre a suspensão do funcionamento do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região no dia 28 de abril de 2017, em razão da paralisação nacional prevista para a referida data.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 504 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 24-4-2017, apurando-se a média de 8,69 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 31 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 11 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 71 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 22 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.

1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 207 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 83 processos foram remetidos no presente ano, até esta data.

1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 24 autos de processos com carga, todos no prazo legal, observando-se as férias do MM. Juiz Geraldo Hélio Leal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

1.6. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 30 autos de processos físicos com carga, das quais 5 vencidas e cobradas.

1.7. CARGA PARA PERITOS – Constam 17 autos de processos físicos com carga, das quais 11 vencidas e cobradas. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 43 processos pendentes para exame de peritos, devendo a Secretaria da Vara proceder à baixa naquelas já realizadas.

1.8. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 91 mandados expedidos em processos físicos e 399 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 13 pendentes de cumprimento em processos físicos e 47 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.

1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 30 autos de processos com carga para o Serviço de Cálculos Judiciais, todos no prazo.

1.10. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 75 processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

1.11. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO - segundo dados do sistema e-Gestão, dados até o dia 24-4-2017, existem 49 processos aguardando sentença, conforme consta dos itens 62 e 90062.

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2017 até 24-4-2017)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência (item 60)	0
	Aguardando primeira audiência (item 90060)	166
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	83
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	448
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35)	11
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 90035)	253
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 66)	88
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 90066)	199



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

1.12. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 896 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 647 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 241 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327;
- c) 8 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2017 até 24-4-2017.

Em relação às Varas do Trabalho de Governador Valadares, no ano 2016, cuja média de processos em fase de execução foi de 1.339, constatou-se que a Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução abaixo da média.

1.13. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo como sistema e-Gestão, dados de 24-4-2017, existem 9 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 27-4-2017 havia 14 processos:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 3 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 7 processos;
- c) **instrução:** 4 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010393/17, 0010311/17, 0010312/17, 0010316/17, 0010317/17, 0010471/17, 0010168/17, 0011701/16, 0010572/16 e 0010578/16.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010168/17: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias.

Observando os dados da pauta de hoje e confrontando com a pauta da semana da correição, verificou-se que havia 4 processos na fase de execução para tentativa de conciliação.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE*; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos do Pje 0010343/17, 0010339/17, 0010305/17, 0010299/17, 0010288/17, 001282/17, 0010281/17, 0010266/17, 0010246/17, 0011647/16, 001425/15, 0010345/16, 0010360/16, 0010164/15, 0010068/15, 0010437/15, 0010163/15, 0011530/16,



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

0011466/16, 0011465/16, 0011725/16, 0010052/17, 0010033/17, 0011338/16, 0011557/16, 0010197/16, 0011530/16, 0011466/16, 0011654/16, 0011318/16, 0010713/16, 0011665/16, 0011693/16, 0010168/16, 0011694/16, 0010451/16, 0010203/15, 0011770/16, 0011513/16, 0010201/16, 0010872/16, 0011427/16, 0010648/16, 0011593/16, 0010063/17, 0010159/17, 0010824/16, 0010570/16, 0010467/15, 0010301/15, 0010398/16, 0010513/16, 0010033/15, 0010214/16, 0010490/16, 0010198/16, 0011604/16, 0010126/17, 0010171/17, 0010121/17, 0010015/17, 0010056/17, 0011015/16 e 0011661/16.

Foram examinados os processos físicos 00652/15, 00232/15, 00513/15, 00515/15 e 00266/15.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010171/17, 0010015/17, 0010056/17, 0011693/16, 0011694/16, 0011770/16, 0011593/16, 0010063/17, 0010159/17: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias;

- 0010305/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id eaf7702 (mais de 10 dias);

- 0011665/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 5094de9 (mais de 10 dias);

- 0011015/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id c34e1d6 (mais de 10 dias).

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumariíssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 1 inquérito judicial em tramitação. O processo 00382/15 encontra-se com pauta para o dia 29-6-17.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 11 ações civis públicas, até esta data, em tramitação.

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 4 ações civis coletivas, até a presente data, em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2015	2016	2017
Procedimento Sumariíssimo	14	19	33
Procedimento Ordinário	24	39	57
Instrução processo físico	-	-	800
Instrução processo eletrônico	60	229	122

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Disponibilidade de Pauta/dias corridos

	2015	2016	2017/dias
Procedimento Sumariíssimo	13	14	11-5-2017- 15 dias
Procedimento Ordinário	26	26	15-5-2017 19 dias
Instrução	173	118	8-11-2017 192 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2017 até 24-4-2017)
(fonte: e-Gestão)

a) conhecimento:

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 263)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 90263)	162	33
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 264)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 90264)	268	57
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 267)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 90267)	188	51
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 268)	8	800
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 90268)	281	170
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 271)	0	0
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 90271)	181	57
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumariíssimo (item 272)	2	716
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença	259	171



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

na fase de conhecimento - exceto rito sumariíssimo (item 90272)		
---	--	--

b) FASE DE LIQUIDAÇÃO (de 1º-1-2017 até 24-4-2017)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 359)	2	545
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 90359)	30	115
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 371)	29	346
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 90371)	63	94

c) Fase de execução (de 1º-1-2017 até 24-4-2017)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 275)	34	756
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 90275)	11	0
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 277)	1	100
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 90277)	0	0

No ano 2016, apurou-se que, em 221 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2016	Média/dia útil
Sentenças de conhecimento	1.043	4,71
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	197	0,89
Decisões na fase de execução	120	0,54
Total	1.360	6,15



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em março de 2017, com 22 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Procedimento sumariíssimo	78	3,54
Procedimento ordinário	131	5,95
Instrução	83	3,77
Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução	32	1,45
Total	324	14,72

No mês de março de 2017, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 79 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 9 sentenças decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 79 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 8 horas e/ou 14 horas. Quando da atuação conjunta os MM. Juiz Titular realiza audiências de segunda-feira a quinta-feira, na parte da manhã e o MM. Juiz Auxiliar de quarta-feira a sexta-feira, na parte da tarde. Quando atua somente um magistrado as audiências são realizadas de segunda-feira a sexta-feira. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumariíssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 18, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara o magistrado que comparece nesta unidade organizacional de segunda-feira a sexta-feira.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 470 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

5. PRODUÇÃO –

Movimentação Anual de Processos		
	2015	2016
Processos recebidos	1.372	1.755
Média por dia útil	6,09	7,9
Processos remanescentes do ano anterior	413	531
Sentenças anuladas	2	24
Total de processos para solução	1.806	2.310
Processos solucionados	1.317	1.665
Processos conciliados	483	622
Produção	72,92%	72,07%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 27,9% no número de processos recebidos no ano 2015. Quanto à produção, verificou-se que em 2016 houve uma diminuição de 0,85%.

5.1. ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE – O Índice de Produtividade – IP, com base no sistema MGD - Mapeamento Global de Desempenho e dados extraídos do e-Gestão, tem por objetivo informar o desempenho das unidades em relação a indicadores que se alinham às metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT3 e, ainda, em relação às outras unidades de 1º Grau. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

PERÍODO	IP
Jan/15 a Dez/15	0,5651
Jan/16 a Dez/16	0,5164

Fonte: e-Gestão em 26/01/2017

MESOINDICADORES REPARAMETRIZADOS –Jan/16 a Dez/16			
ACERVO	CELERIDADE	PRODUÇÃO	REPRESAMENTO PROCESSUAL
0,4230	0,2765	0,5914	0,6217

Fonte: e-Gestão em 26/01/2017

MACROINDICADORES DO IP	MICROINDICADORES DO IP	VALOR ORIGINAL Jan/15 a Dez/15	VALOR ORIGINAL Jan/16 a Dez/16	MÉDIA VARAS DO TRABALHO Jan/16 a Dez/16	MICRO REPARAME- TRIZADO
ACERVO	ANTIGUIDADE	1.306 dias	1.344 dias	1.545 dias	0,3524
	PENDENTE	3.377	3.505	3.611	0,3830
CELERIDADE	PRAZO MÉDIO	632,58 dias	736,85 dias	776,32 dias	0,2765
PRODUÇÃO	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO	36,67%	35,12%	37,65%	0,6507



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

	ÍNDICE DE SOLUÇÃO	95,99%	101,08%	97,34	0,5611
REPRESAMENTO PROCESSUAL	TC CONHECIMENTO	49,35%	38,24%	38,22%	0,5659
	TC LIQUIDAÇÃO	59,46%	54,10%	40,65%	0,7344
	TC EXECUÇÃO	74,26%	79,83%	76,53%	0,7298
	TC INCIDENTES PROCESSUAIS	16,67%	16,04%	21,75%	0,1987

Fonte: e-Gestão em 26/01/2017

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$1.639.321,93	R\$186.730,71

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontra-se em vigor a Portaria nº 1/2008, que regulamenta a prática de atos ordinatórios.

8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor verificou, dentre outros aspectos, a excelente organização da Secretaria. Foram examinados 80 autos de processos, sendo que em 3 foram encontrados excessos de prazo, aspectos que deverão ser regularizados. Os prazos processuais, com relação ao impulso oficial e despacho deverão ser observados.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas as Resoluções Administrativas nº 241, de 2015 e 208, de 2016, referentes ao recesso forense e suspensão dos prazos processuais .

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais serão objeto de Ofício Circular Conjunto a ser enviado para todas as unidades.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que sejam (m):

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

226, I, do CPC;

2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228, do CPC;

3) envidados esforços para aumentar a produção, no que concerne à Meta 1, tendo em vista os dados apurados no item 11.1;

4) realizada redução do prazo de designação de audiências nos processos de instrução.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2016:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;

2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias previsto no artigo 228, do CPC;

3) envidados esforços para aumentar a produção, tendo em vista os dados apurados no item 11.1 desta Ata.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ / Meta 6 CSJT / Indicador 6 TRT3: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2016 esta unidade organizacional atingiu o percentual de 94,87%, não tendo cumprido a Meta.

3ª Vara do Trabalho de Governador Valadares - de 1º-1-17 até 24-4-17			
Mês	Recebidos	Solucionados	Percentual
Total	504	463	91,86%

Meta 2 CNJ / Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Julgar processos mais antigos Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015, no 1º grau.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

Relativamente à Meta 2, conforme dados extraídos do sistema e-Gestão de 1º-1-17 até 24-4-17, há 29 processos distribuídos até 31-12-2015 pendentes, tendo sido atingida a Meta.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - No que se refere à responsabilidade socioambiental, enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política de responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho constantes do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deste Regional.

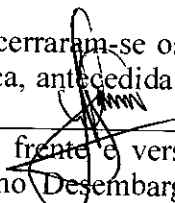
13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A seguir, encerraram-se os trabalhos às 15h30min do dia vinte e seis de abril de 2017, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior , Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, pelo MM. Juiz do Trabalho Substituto e pelo Secretário da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e José Múcio Antônio Lambertucci e pela Assessora do Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor Mariana Cristina Araújo Campos

César Pereira da Silva Machado Júnior
Desembargador Vice-Corregedor do TRT/3ª Região

Alexandre Pimenta Batista Pereira
Juiz do Trabalho Substituto

Adilson Dias dos Santos
Secretário da Vara do Trabalho

